

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal****Procuradoria Geral****Informação 48/2018 - 09.02.2018**

Por determinação da PGC/DF, passa-se a informar a respeito de 14 processos enviados pelo Ofício 108/SES, que respondeu a Requisição relacionada com o Ofício Conjunto 894/16, bem como dos 7 processos enviados pelo Ofício nº 139/2018-SES/GAB.

I – PROCESSO 060.011.567/13 (Processo de Licitação)

O processo em epigrafe tem por objeto a elaboração de Termo de Referência, para a aquisição de Sistema de Neuroestimulação e Bomba de Infusão de Medicamento Totalmente Implantável, conforme especificações e quantitativos, visando atender a Neurocirurgia do HBDF.

O Termo (fls. 12), elaborado por Rosilene Carla da Silva (Núcleo Normativo de Órteses e Próteses) e Amauri Araújo Godinho Júnior (Coordenador da Neurocirurgia), tem o seguinte objeto:

A aquisição de **sistemas de neuroestimulação e bomba de infusão de medicamento totalmente implantável** deste Termo de Referência visam abastecimento da Rede de Saúde SES/DF e cumprimento da **Ação Civil - Pública do Processo nº 44618-30.2012.4.01.3400 com decisão de cumprimento imediato**.

O processo 0044618-30.2012.4.01.3400, tramitado na **16ª Vara Federal em Brasília**, apresentou, em 2013, a seguinte sentença:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Assim, o pedido formulado na inicial merece total procedência, para que seja garantido aos pacientes em tratamento na rede pública do Distrito Federal o direito de serem submetidos aos procedimentos de implantes de neuromoduladores ou troca de suas baterias.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, afasto as preliminares arguidas e, no mérito, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para, confirmando a tutela inicialmente deferida, condenar os réus a adotarem as providências necessárias à realização das intervenções cirúrgicas (implantação de neuromoduladores ou troca de baterias) de que necessitam os pacientes em tratamento na rede pública do DF, mediante determinação definitiva da necessidade do procedimento, que deverá ser realizado no Hospital de Base do Distrito Federal ou qualquer outro da rede pública, bem como em hospital da rede privada, de maneira que o tratamento seja custeado pelo Poder Público, com o fornecimento dos materiais e medicamentos necessários ao tratamento das enfermidades.

Retornando ao processo, citado Termo de Referência foi aprovado por FABIANA MARTINS PEREIRA (Gerência de Órteses e Próteses, em 26/09/13, fls. 02 e 12.

Nota-se assinatura de despacho de José Airamir Padilha de Castro, Diretor da Assistência Especializada, que é réu na Ação de Improbidade Administrativa (Processo nº 2016.01.1.116141-5 TJDF).

Começaram as fases de buscas de propostas, para banco de preços, em dezembro de 2013, com ofertas de emails, assinadas pela servidora da SES, Thais Feitosa de Oliveira, fls. 34/50, a vários representantes.

Delta Medical respondeu, fls. 51; Dabasons, idem, fls. 64.

A SES apresentou histórico de preços por produtos, findando a fls. 80, e quadro que inicia a fls. 90, por item, inclusive com datas de última aquisição, além de Planilha Consolidada por Estimativas, fls. 96.

Relatório a esse respeito consta a fls. 99, especialmente sendo afirmado que:



Ministério Público do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Nesse sentido, iniciou-se a pesquisa de preços a partir da inserção dos autos na plataforma bionexo (fls. 31/32), todavia não houve qualquer resposta. Em seguida foi realizado o contato com fornecedores do ramo, conforme consta às fls. 33/50. As empresas Delta Medical Solução em Neurociências (fls. 51/63), Dabasons Omportação Exportação e Comércio LTDA (fls. 64/67) e PS Hospitalar Comércio e Representações LTDA (68/72) enviaram suas propostas de acordo com o solicitado.

Na tentativa de instruir a estimativa também com preços públicos foram realizadas buscas em sítios e bancos de dados públicos, entretanto não foram encontrados preços compatíveis com os descritivos pretendidos.

Dessa forma, a metodologia utilizada para a determinação dos valores de referência foi a realização da mediana entre todos os preços privados arrolados, conforme orientação desta subsecretaria, pelas razões acima descritas.

Insta destacar que os valores encontrados no Sistema Trackcare- Últimas Aquisições (fls. 73/89) foram inseridos na planilha apenas como parâmetro comparativo.

O valor total estimado ficou em torno de R\$ 41 milhões de reais.

Os procedimentos seguintes são de minutas, finalizando o segundo volume com a ida dos autos à AJL, juntado no início do próximo volume, fls. 151, favorável ao prosseguimento do certame. Contudo, sobre a Intenção de Registro de Preços, restou afastada na sequência, em razão da urgência, fls. 173, pelos mesmos autores do Termo de Referência.

Foram relacionados à época 08 processos fruto de demanda judicial, dos quais dois não foram relacionados pela SES/DF ao oferecer resposta ao ofício conjunto do MPC/DF, razão dessa informação, a saber, 060.008.272/2013 e 060.013.047/2013. Em consulta ao SIGGO, não houve empenho para esses dois processos.

O Edital de Licitação PE 158/14 foi juntado a fls. 175 e seguintes, de 27/03/14, sob a assinatura da Pregoeira Cerize Helena Souza Sales, tendo sido publicado, fls. 239.

Foi quando surgiram solicitações do TCDF para o Processo 7759/14 e, a partir daí, pedido de suspensão do certame (Decisão 1570/14). Isso porque, o CT notou que os preços estimados tomaram por base Dispensas de Licitação, em cumprimento de decisões judiciais, procedimentos com publicidade restrita e menos competitivos. Ademais, da análise feita, verificaram-se sobrepreços em vários itens e valores estimativos diferenciados para itens do mesmo código. Para o CT do TCDF, ainda, o sobrepreço ocorreu porque se adotou a mediana das propostas, gerando valores mais onerosos que os preços obtidos nas contratações emergenciais.

Em resposta, a SES reconheceu que houve uma falha: uma inversão na cotação das empresas, havendo assim uma hiper valoração para um item e abaixo do preço de mercado para outro. Quanto aos itens especificados, considerou que são específicos,



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

fls. 269, e, ainda, procedeu-se a ampla correção, observando-se incorreção em item novo. Mas, na sequência, “por mudanças no sistema de informação da SES”, seria necessário adequar vários descritivos e consequentemente os códigos desses, fls. 288.

Na Corte, foi proferida a Decisão 3879/14, que liberou o certame, mediante ajuste (não aceitando as justificativas apresentadas, Informação 224/14, fls. 296) e determinou, ainda, que, por ocasião da contratação, fosse providenciada a juntada de laudo médico para justificar a aquisição de cada um dos kits de neuroestimulação, com indicação da anamnese completa do paciente, justificativas da opção da neuroestimulação elétrica e indicação precisa dos modelos e produtos adequados para o caso concreto.

Em razão dos fatos, novo Termo de Referência foi produzido, corrigindo-se as falhas, fls. 319.

Nada obstante, em agosto de 2014, o Despacho 784/84 chamou a atenção para a discrepância de preços do objeto em tela em relação aos preços da tabela SUS para o mesmo objeto, além do impacto financeiro em relação à referida aquisição, requerendo a oitiva da PGDF, visto, também, que a decisão na ACP citada, que é o mote da realização do certame, estava suspensa em grau de recurso.

Mas o Pregão seguiu sendo publicado, fls. 400, tendo participado duas empresas e o valor estimado, de R\$ 40.699.380,96, caiu para R\$ 34.094.280,00, representando uma economia de 16,22% para a Administração. Os grupos 05 e 06 foram adjudicados a Delta Medical Brasília Comércio e Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 13.875.938/0001-5, e grupos 01, 02, 03, 04, 07, 08 e 09, à Dabasons Importação Exportação e Comércio Ltda, CNPJ 61.519.955/0001-44, fls. 643.

O Pregão foi homologado por José Bonifácio Carreira Alvim, Secretário Substituto, fls. 644.

As Atas foram juntadas a fls. 665 e 677 e publicadas em 29/10/14 e 24/10/14.

Em 30/09/15, solicitou-se o saldo remanescente da Ata, bem como a lista de pacientes atendidos, fls. 697, respondido a fls. 711 (16 pacientes, apenas, com indicação do PAM, e, não, do processo de aquisição), faltando, todavia, elencar 10 pacientes, que guardavam autorização.

Na sequência, os autos foram arquivados. A ata em tela perdeu a validade em 27/10/2015.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Constam no SIGGO as seguintes aquisições com base na Ata da empresa DABASONS (ATA 158/2014-A), no valor empenhado total de **R\$ 1.834.166,00¹**:

Em 2014:

| NE | PROCESSO | Observações | EMIÇÃO | VALOR (R\$) | Referência |
|-------------|------------------|--|------------|-------------|------------|
| 2014NE07763 | 060.005.253/2013 | 1 controle de acesso, 1 cabo extensor, 1 eletrodo e 1 neuroestimulador | 22/12/2014 | 70.316,00 | 158/2014 |

*Esse empenho não foi pago, e foi novamente empenhado em 2015 (2015NE01217).

Em 2015:

| NE | PROCESSO | Observações | EMIÇÃO | VALOR (R\$) | Referência |
|-------------|------------------|--|------------|-------------|-----------------|
| 2015NE00339 | 060.008.077/2014 | 1 Eletrodo, 1 neuroestimulador, 1 cabo extensor | 21/01/2015 | 90.600,00 | PE 158/2014 |
| 2015NE00350 | 060.008.452/2013 | Ação judicial em favor de: Reinaldo Cardoso. 1 Neuroestimulador, 2 eletrodos, 2 cabo extensor. | 21/01/2015 | 110.950,00 | ATA Nº 158/2014 |
| 2015NE00368 | 060.002.013/2014 | Ação judicial em favor de: Secy Nonato Da Silva Carvalho. 1 Neuroestimulador, 2 eletrodo, 2 cabo extensor | 22/01/2015 | 110.950,00 | ATA Nº 158/2014 |
| 2015NE00370 | 060.003.355/2014 | Ação judicial em favor de: João Chaves Da Silva. 1 Neuroestimulador, 2 eletrodos, 2 cabo extensor | 22/01/2015 | 110.950,00 | ATA Nº 158/2014 |
| 2015NE00377 | 060.003.354/2014 | Ação judicial em favor de: Lilia Tertulina de Assis fernandes. 1 Neuroestimulador, 2 eletrodos, 2 cabo extensor e 1 controle de acesso | 22/01/2015 | 89.242,00 | ATA Nº 158/2014 |
| 2015NE00615 | 060.012.499/2013 | 1 sistema de carga, 2 eletrodos, 2 cabo extensor, 1 neuroestimulador e 1 controle de acesso | 30/01/2015 | 172.435,00 | PE 158/2014 |
| 2015NE00669 | 060.014.918/2013 | Ação judicial em favor de Maria Clea Alves Da Silva. 1 sistema de carga, 1 neuroestimulador, 1 adaptador de conexão quadripolar | 04/02/2015 | 94.285,00 | PE 158/2014 |
| 2015NE00747 | 060.006.204/2014 | Ação judicial em favor de Zeziel Gomes Dos Santos. 2 cabo extensor, 2 eletrodo, 1 neuroestimulador, 1 controle de acesso | 06/02/2015 | 89.452,00 | PE 158/2014 |
| 2015NE01217 | 060.005.253/2013 | *REEMPENHO DA 2014NE07763* . 1 controle de acesso, 1 cabo extensor, 1 eletrodo e 1 neuroestimulador. | 05/03/2015 | 70.316,00 | PE158/2014 |
| 2015NE01636 | 060.010.228/2014 | Ação judicial em favor de: Maria Monica Santana Muniz; 2 eletrodo, 1 adaptador, 1 neuroestimulador, 1 controle de acesso | 25/03/2015 | 85.372,00 | ATA Nº 158/2014 |
| 2015NE01716 | 060.006.438/2014 | Ação judicial em favor de Eduardo Pereira Dos Santos. 2 cabo extensor, 2 | 30/03/2015 | 92.400,00 | PE 158/2014 |

¹ Já retirado o valor do empenho 2014NE07763 (cancelado). O valor foi novamente empenhado em 2015 (2015NE01217).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

| NE | PROCESSO | Observações | EMIÇÃO | VALOR (R\$) | Referência |
|-------------|------------------|--|------------|-------------|-----------------|
| | | eletrodo, 1 neuroestimulador, 1 controle de acesso. | | | |
| 2015NE02190 | 060.002.244/2015 | *Ação judicial em favor de JOSÉ MAGNO CHAVES BARROS*. 1 cabo extensor, 1 eletrodo, 1 eletrodo (outro), 1 adaptador, 1 sistema de cara, 1 controle de acesso, 1 neuroestimulador | 22/04/2015 | 134.082,00 | PE158/2014 |
| 2015NE02195 | 060.004.267/2014 | *AÇÃO JUDICIAL EM FAVOR DE ELISANGELA RIPARDO DOS SANTOS*. 1 eletrodo, 2 cabo extensor, 1 sistema de carga, 1 controle de acesso e 1 neuroestimulador | 22/04/2015 | 137.785,00 | PE158/2014 |
| 2015NE02351 | 270.000.166/2015 | 1 eletrodo, 1 adaptador de conexão quadripolar e 1 neuroestimulador | 30/04/2015 | 66.287,00 | ATA Nº 158/2014 |
| 2015NE02377 | 060.002.864/2015 | 2 cabo extensor, 2 eletrodo, 1 neuroestimulador | 30/04/2015 | 85.500,00 | ATA N 158/2014 |
| 2015NE03277 | 060.006.040/2014 | Ação judicial para atendimento da paciente Lenita Valéria Da Silva. 1 neuroestimulador, 2 eletrodos, 2 cabo extensor | 09/06/2015 | 110.950,00 | PE 158/2014 |
| 2015NE03492 | 060.005.222/2012 | Ação judicial em favor de: Paula Cristina de Jesus Brito. 2 eletrodos, 1 neuroestimulador, 2 cabo extensor, 1 controle de acesso. | 17/06/2015 | 92.010,00 | ATA Nº 158/2014 |
| 2015NE05732 | 060.009.979/2015 | Paciente: Maria Lúcia Estevão de Assis, memorando nº 094/2015 - unc/hbdf - solicitação de aparelhos de neuromodulação, itens que constam PREGÃO ELETRONICO No 158/2014 - SES/DF . 1 neuroestimulador, 1 eletrodo, 2 cabo extensor | 28/10/2015 | 90.600,00 | PE 224/2015 |

*Todos os empenhos listados constam na lista de processo solicitada à SES/DF.

II – PROCESSO 060.005.222/12

O processo inicia com cópia de ação (PATROCINADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA) e decisão, mandando adquirir e realizar cirurgia de implante de neuromodulador (Ação Cominatória 2012.01.1,044424-4, em que é parte **PAULA CRISTINA DE JESUS BRITO**), em razão da **paciente haver sido diagnosticada com síndrome de dor, em 2009, pelo médico do HBDF, LUIZ CLÁUDIO MODESTO, fls. 40, que faz a indicação do material, assim:**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

MOTIVO DE ESCOLHA DO APARELHO : * Única marca compatível com RM de crânio e com marca-passo cardíaco. Explico que embora hajam duas empresas que fabricam tal material e tem aprovação na ANVISA, somente um a empresa (MEDTRONIC) tem aparelho (marcapasso) que seja compatível com realização de ressonância magnética de crânio posterior ao implante e somente uma empresa (MEDTRONIC) tem aparelho (marcapasso) compatível com uso simultâneo de marcapasso cardíaco.

Dr. Luiz Cláudio Modesto Pereira
CRM 7541 - DF

Foi apresentada lista de pacientes que também aguardavam cirurgia na SES semelhante, fls 26 e 27, bem assim ofício em que se pergunta sobre a aquisição necessária. A resposta de fls. 28 dá conta de que **havia um processo de aquisição de 2011, 411.000011/11, mas que “possui erros e vícios e está sustado”**, enquanto o 060.1043, registro de ata de preço, estava em andamento que contemplaria cerca de 200 pacientes.

A sentença foi proferida em 18/12/13, fls. 36.

Já se estava em 2014 e a descrição da aquisição do material consistia em:

Material solicitado:

- 2 eletrodos de estimulação cerebral profunda – eletrodo de DBS para uso em núcleos subtalâmicos bilateralmente - STN;
- 2 cabos conectores – extensores, compatíveis com eletrodos e gerador;
- 1 gerador de estímulos para estimulação cerebral profunda (marca-passo de DBS), apto a dois ou quatro eletrodos tetrapolares.

A aquisição, vide Termo de Referência de fls. 45, é de março de 2014. No entanto, em outubro de 2014, ainda não havia sido adquirido, daí a decisão judicial favorável à intimação pessoal do Secretário e multa, fls. 58.

Eis, então, que aparece nos autos informação de que o TCDF mandou suspender o PE 158/14, consoante Decisão 1570/14, razão da suspensão da aquisição de todos os neuroestimuladores na SES. Na sequência, houve a liberação do certame, Decisão 3879/14.

Chegou-se ao ano de 2015, sem cumprimento da decisão judicial, fls. 67.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

No entanto, havia Ata de Registro de Preços 158/14 “da Dabasons”.

Em maio de 2015, Patrícia Paim (Chefe da Assessoria de Judicialização) alerta que o Secretário pode ser denunciado por crime de desobediência, além de ser acionado por improbidade, fls 72.

Na sequencia, Marúcia Valença Barbosa de Miranda (Diretoria de Análise, Prospecção e Aquisições), informa **o valor da compra R\$ 92.010,00**. Fls. 82.

Os itens estão de acordo com os valores registrados na Ata 158/2014, que estava vigente à época (validade da ata: 28/10/2014 a 27/10/2015), conforme quadro abaixo:

| Produto | Qtd | Valor Aquisição | Valor Ata 158/14 |
|--|-----|--------------------------------|-------------------------------|
| Eletrodo de aplicação minimamente invasiva para estimulação espinhal, formato cilíndrico, 4 polos medindo 3mm cada | 2 | 12.185,00 Qtd 2 = 24.370,00 | 12.185,00 (item 05 da Ata) |
| Neuroestimulador que estimula eletrodos de até 16 polos, para controle de dor crônica, totalmente implantável, não recarregável, para estimulação da córtex ou espinhal, permitindo seleção de parâmetros através de programados não invasivo, por telemetria | 1 | 44.490,00 | 44.490,00 (item 04 da Ata) |
| Cabo extensor com conector para eletrodo quadripolar de platina e tridium. Comprimento de 50-60 cm, diâmetro da parte proximal junto ao neuroestimulador de 1,3mm para conexão especifica aos eletrodos e neuroestimuladores, composto de fio condutor em, fio condutor de isolamento revestido de borracha de silicone, conjunto de parafusos em titânio. | 2 | 8.125,00 Qtd 2 = 16.250,00 | 8.125,00 (item 03 da Ata) |
| Controle de acesso a terapia implantada, compatível com neuroestimulador medular recarregável que estimula eletrodos de 4, 8 e até 16 polos, para controle de dor crônica. | 1 | 6.900,00 | 6.900,00 (item 30 da Ata) |
| TOTAL | | 92.010,00 | |

*Nota de empenho nº 2015NE03492 (fl. 91), emitida em 17/06/2015.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Finalmente, foi empenhado o valor, emitida a NF, sendo autorizada a liquidação por Marcello Nóbrega de Miranda Lopes (SUAG da SES, à época), fls. 102, o qual também autorizou o pagamento, fls. 108-verso².

Grave, contudo, foi ver que o HBDF, único hospital de referência do DF, estava sem tomógrafos, exame que precede a avaliação desses pacientes, fls. 118. Ou seja, em 2016, a cirurgia ainda não havia sido realizada. Leia-se o grave relato de fevereiro de 2016, apontando para a falta de escopias, tomógrafos, etc. (fls. 195).

Ao final, verificou-se que a paciente não desejou mais ser submetida à cirurgia, fls. 199, havendo desistência da ação, fls. 201.

Conclusão: a paciente foi diagnosticada em 2009; em 2012 foi ajuizada a ação, que mereceu sentença em 2013. A compra ocorreu só em 2016, mas não foi realizada a cirurgia porque o HBDF carecia de equipamentos para a sua realização. A paciente desistiu da cirurgia. NÃO SE SABE QUAL FOI O DESTINO DOS MATERIAIS COMPRADOS.

No TCDF, o MPC/DF ofertou as seguintes Representações e Ofícios para tratar da gravíssima situação da Neurocirurgia do HBDF, informando a falta de escopias, microscópio, aparelho de ressonância magnética, tomógrafos, insumos e equipamentos básicos:

| Representação | Processo | Situação |
|---------------------------------|---------------|---|
| Representação 25/2012-CF | 17.708/2012 | Decisão nº 4271/2014 – “III – recomendar à SES/DF que adote medidas para a correta manutenção dos equipamentos da Unidade de Neurocirurgia do Hospital de Base do Distrito Federal; IV – autorizar o arquivamento dos autos. Parcialmente vencidos os Conselheiros RENATO RAINHA, que votou, ainda, pela realização, em autos apartados, da inspeção indicada no parecer do Ministério Público juto à Corte, e PAIVA MARTINS, nos termos de sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF. (ARQUIVADO) |
| Representação 32/2017-CF | 29.113/2017-e | Decisão nº 5066/17 – “II – matéria já estar sendo tratada nos autos dos Processos nºs 27.596/2015 e 12.165/2015 ” (ARQUIVADO) |

² Esta folha que dispõe da autorização de pagamento está no arquivo entre a folha 108 e 109. No arquivo pdf., encaminhado pela SES/DF, a página do arquivo é a 126 (e-doc 95EF105B).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

| Representação | Processo | Situação |
|--|-----------------|---|
| Representação 45/2017-CF | 40.524/2017-e | Decisão nº 38/2018 – “I – conhecer da Representação nº 45/2017-CF, em face do atendimento dos requisitos de admissibilidade previstos no § 2º do art. 230 do RI/TCDF; II – fixar prazo de 15 (quinze) dias para que as Secretarias de Estado de Saúde – SES e de Fazenda – SEF apresentem esclarecimentos acerca dos fatos consignados na Representação”. (Aguardando manifestações) |
| Ofícios nºs 083/2014-CF, 317/2016-CF e 480/2016-GPG | 12.165/2015-e | Relatório de Inspeção nº 1.2004/2017-DIAUD2 – versão final (Pendente de análise pelo Tribunal) |
| Representação 15/2014-CF | 27.596/2015-e | Decisão nº 6443/2016 – Determinações conforme Relatório de Auditoria (Auditoria Integrada de Gestão e Funcionamento dos Centros Cirúrgicos das Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado de Saúde do DF). Plano de Ação proposto pela SES/DF para cumprimento das determinações. Proposta do Corpo Técnico de monitoramento do Plano de Ação. (Pendente de análise pelo Tribunal) |

Foi autuado o PI nº 34/2016, que está arquivado, diante da informação de que os equipamentos do tipo tomógrafos foram colocados em uso.

III – PROCESSO 060.005.253/13

Trata-se de processo de interesse de **MÁRCIA FERREIRA COSTA**, Ação 2013.01.1.050091-8, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implante de neuroestimulador no tratamento da dor, em razão do deferimento da antecipação de tutela pelo Juiz da 1ª VFP DF, em 15/04/13, com sentença em 11/09/13, fls. 45. A prescrição é do médico da SES Luiz Cláudio Modesto, fls. 22.

A SES informou que havia autuado o Processo 060.001.043/13, para a aquisição de 100 neuroestimuladores. Referido processo não foi enviado pelo ofício 108/16, mas, adiante, afirmou-se que foi cancelado, fls. 80.

Ocorre que a fls. 34, esclareceu-se que a paciente não estava inserida no processo antes informado, não havendo outro processo, mas “A paciente pode ser incluída na lista dos beneficiados”, o que, de fato, acabou ocorrendo: lista adicional, fls. 35.

Em fevereiro de 2014, requisitou-se imediato cumprimento, fls. 45.

Foi elaborado Termo de Referência, fls. 58, e Pedido de Aquisição de Material Judicial – PAM.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Houve solicitação de orçamento, a fls. 62, mas apenas uma empresa apresentou proposta, a Dabasons. As negativas quanto a não comercialização foram acostadas a fls. 64 e 65.

O então Secretário de Saúde, Rafael Barbosa, autoriza a Dispensa de Licitação, fls. 75.

Em outubro de 2014, afirmou-se que a Ata de Registros de Preços 158/14 havia sido publicada, relacionando-se além da autora outros 13 interessados:

Considerando que recebemos vários processos judiciais, abaixo relacionados por ordem de autuação dos processos, solicitando sistema de neuromodulação.

| Nº do processo | Paciente | Data de autuação do processo |
|------------------|------------------------------------|------------------------------|
| 0060.005253/2013 | MARCIA FERREIRA COSTA | 26/04/2013 |
| 0060.008272/2013 | LUIZ CARLOS PEREIRA | 11/07/2013 |
| 0060.008452/2013 | REINALDO CARDOSO NERI | 18/07/2013 |
| 0060.012499/2013 | ENIO DE MOURA | 22/10/2013 |
| 0060.013047/2013 | DURVALINO CARNEIRO DE QUEIROZ | 07/11/2013 |
| 0060.014918/2013 | MARIA CLEA ALVES DA SILVA | 20/12/2013 |
| 0060.001730/2014 | LUIZ ALBERTO CARLOS DA SILVA | 04/02/2014 |
| 0060.002013/2014 | SECY NONATO DA SILVA CARVALHO | 05/02/2014 |
| 0060.003355/2014 | JOÃO CHAVES DA SILVA | 26/02/2014 |
| 0060.003354/2014 | LILIA TERTULINA DE ASSIS FERNANDES | 26/02/2014 |
| 0060.004267/2014 | ELISANGELA RIPARDO DOS SANTOS | 20/03/2014 |
| 0060.005540/2014 | MARIA NUBIA CAIXETA DE FREITAS | 16/04/2014 |
| 0060.006204/2014 | ZEZIEL GOMES DOS SANTOS | 12/05/2014 |
| 0060.008077/2014 | CLAUDIA REGINA DA FONSECA SANTOS | 03/07/2014 |

Em seguida, passou-se a considerar que a cirurgia em tela demandaria planejamento e programação, devendo ser agendada para que então fossem adquiridos os materiais, fls. 145. Foi informado, então, que a cirurgia seria realizada em 05/01/15, fls. 148.

Houve inicial autorização para liquidação e pagamento, fls. 168, e o objeto entregue, fls. 183. Posteriormente, nova autorização ocorreu, fls. 186, em razão dos ajustes ocorridos em face da LRF, fins de 2014.



Ministério Público do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Os equipamentos solicitados fazem parte da Ata de RP 158/2014-A, da empresa DABASONS, e os seus valores estão compatíveis com a licitação.

Em março de 2015, o processo judicial foi extinto sem julgamento de mérito, porque “a decisão foi cumprida, sendo a parte requerente submetida a cirurgia na data agendada, em hospital da rede pública, conforme noticiado à fl. 157”.

Essa é a última informação que consta no processo.

IV – PROCESSO 060.008.452/2013

Trata-se de processo de interesse de **REINALDO CARDOSO NERI**, Ação 2013.01.1.097785-0, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implante de neuroestimulador no tratamento da dor, em razão do deferimento da antecipação de tutela pelo Juiz da 1ª VFP DF, em 15/04/13, e, posteriormente, indeferido, fls. 46 (25/07/13). Houve decisão no TJDF, considerando razoável aguardar-se a finalização do procedimento licitatório (fls. 157). Houve piora clínica do autor, contudo, tendo sido, então, deferida a antecipação de tutela (fls. 167), com sentença procedente, em 28/01/14. A prescrição é do médico da SES, Valéria Patrícia de Araújo, fls. 20, e de Luiz Cláudio Modesto, fls. 25.

Do mesmo modo que no processo anterior, a SES informou que havia autuado o Processo 060.001.043/13, para a aquisição de 100 neuroestimuladores.

Foi elaborado Termo de Referência, fls. 39, e Pedido de Aquisição de Material Judicial – PAM.

Houve solicitação de orçamento, a fls. 47, e a fls. 50, houve a fixação do preço, no **valor de R\$ 116.069,12**, considerando a média das propostas apresentadas.

O então Secretário de Saúde, Rafael Barbosa, autoriza a Dispensa de Licitação, fls. 58.

Foi, assim, aberta a Dispensa de Licitação, tendo sido juntados emails, fls. 65, de empresas, informando não dispor do material, salvo Dabasons e Delta Medical, fls. 147, mas faltavam os seguintes documentos: AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa) e CBPF (Certificado de Boas Práticas), respectivamente. **Apenas a primeira apresentou, mas a segunda não atendeu, fls. 153.**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Curiosamente, contudo, passou-se a aludir ao PE 158/14, suspenso pelo TCDF. Foram, então, ofertadas novas propostas e documentos. **O valor diminuiu para R\$ 108.814,50, Dabasons, contra R\$ 108.900, ofertado pela Delta Medical, fls. 218, alínea g.**

Afinal, a dispensa foi autorizada por Túlio Roriz Fernandes, fls 231, e ratificada por José Bonifácio Carreira Alvim, fls. 232.

Igualmente, passou-se a aludir à necessidade de agendamento da cirurgia, marcada para 12/01/15.

Ocorre que o valor passou para R\$ 110.950, cuja liquidação e pagamento foi autorizada a fls. 263.

À fl. 235, a Chefe do Núcleo de Judicialização informou que “Levando em consideração que o processo regular foi finalizado, conforme fl. 234, solicito a Vossa Senhoria que tome as providências necessárias para retirada dos materiais necessários para a realização da cirurgia pleiteada da ATA de Registro de Preços nº 158/2014”.

Assim, os valores dos itens da licitação estavam diferentes daqueles propostos para a dispensa, conforme o seguinte comparativo:

| Produto | Qtd | Valor proposto para a dispensa (fl. 173) | Valor Ata 158/14 |
|-----------------------------------|-----|--|--|
| Neuroestimulador. COD SES: 28075. | 1 | 53.672,00 | 55.000,00 (item 01 da Ata) |
| Eletrodo. COD SES: 28089. | 2 | 19.251,00 Qtd 2 = 38.502,00 | 19.850,00 Qtd 2 = 39.700,00 (item 02 da Ata) |
| Cabo extensor. COD SES: 28083. | 2 | 8.320,00 Qtd 2 = 16.250,00 | 8.125,00 Qtd 2 = 16.250,00 (item 02 da Ata) |
| TOTAL | | 108.814,50 | 110.950,00 |

O material foi recebido, fls. 275, e o paciente submetido à cirurgia somente em março de 2015, fls. 297, com cirurgia reprogramada para 11/05/15, fls. 300, mas realizada, definitivamente, em 18/05/15, fls. 302.

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal****Procuradoria Geral****V – Processo 060.014.918/13**

Trata-se de processo de interesse de **MARIA CLEA ALVES DA SILVA**, Ação 2013.01.1.186545-8, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para TROCA DE MARCA-PASSO DE DOR COM BATERIA ESGOTADA, em razão do deferimento da antecipação de tutela pelo Juiz da 4ª VFP DF, em 16/12/13, com sentença procedente em 08/07/14, fls. 191. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto, fls. 18/24.

Foi elaborado Termo de Referência, fls. 45, aprovado a fls. 71, e Pedido de Aquisição de Material Judicial – PAM. A dispensa foi autorizada pelo então Secretário de Saúde, Rafael Barbosa, fls. 71.

Houve solicitação de orçamento, a fls. 47, e a fls. 58, houve a fixação do preço, no **valor de R\$ 86.012,13**, considerando a média das últimas aquisições, conforme afirmado a fls. 70. Até a primeira estimativa, não havia Ata de RP vigente:

Não há Ata de Registro de Preços vigente e o processo licitatório em andamento 060.001.043/2013 Pregão eletrônico 234/2013 foi cancelado e encontra-se na GEOP/DIASE desde 06/09/2013, para manifestação quanto ao interesse aquisição para dos itens (fl. 69). Ressaltamos ainda que a área técnica está ciente da demanda e tem a competência para realizar a programação de compra regular do item.

Esclarecemos que o valor estimado foi baseado nas informações de proposta comercial apresentada à fl. 57 e referente às pesquisas de preços das últimas aquisições SES às fls. 53 a 56. Sendo assim realizamos a média em cima dos valores dos produtos, onde obtivemos o valor estimado de R\$ 86.012,13 (oitenta e seis mil e doze reais e treze centavos) conforme tabela de estimativa a folha fl. 58.

Foi autorizada a Dispensa de Licitação nº 056/2014, aberta ao público e publicada no DODF (fls. 82), para a aquisição. Contudo, somente a empresa Dabasons apresentou proposta (fls. 83), sendo que valor ficou acima da pesquisa de preços realizada pela SES/DF à fls. 58. Quanto ao tema, o Núcleo de Judicialização entendeu o seguinte (fls. 166):

A proposta apresentada foi submetida a parecer técnico (fl.164), o qual informou que o produto oferecido pela empresa DABASONS atende ao solicitado no PAM fls.44, o valor apresentado está acima do estimado, porém que essa diferença não excede 10 % (dez por cento) do valor estimado às fls. 58 e que a empresa atende as especificações do produto.

Em 05 de março de 2014 houve a ratificação da dispensa de licitação, no valor de R\$ 86.396,41 (fls. 189), e no dia 14 de março o Subsecretário, Túlio Roriz Fernandes,



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

autorizou a emissão da Nota de Empenho, a liquidação e o pagamento neste mesmo valor (fls. 182). No entanto, ao que tudo indica, a autorização não foi executada, e em 29 de outubro de 2014, iniciou-se a vigência da Ata de RP 158/2014-A da empresa Dabasons (fls. 193 – juntada da publicação da Ata no DODF).

Em seguida, sob essa justificativa, passou-se a considerar o término do procedimento regular (ata de RP), como direcionamento da aquisição. A nova autorização para emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento ocorreu em 3 de fevereiro de 2015, à fl. 225, com o novo valor da Ata de RP 158/2014-A de R\$ 94.285,00. A diferença de valores encontra-se no comparativo abaixo:

| Produto | Qtd | Valor proposto para a dispensa (fl. 182) | Valor Ata 158/14 (fl. 225) |
|------------------------------|-----|--|--|
| Neuroestimulador. | 1 | 58.138,50 COD SES: 28073 | 74.000,00 COD SES: 32652. (item 27 da Ata) |
| Adaptador quadripolar. | 1 | 9.668,28 COD SES: 28095 | 9.300,00 COD SES: 32653 (item 28 da Ata) |
| Sistema de Carga compatível. | 1 | 11.238,25 COD: 28092 | 10.985,00 COD SES: 32648 (item 29 da Ata) |
| Controle de acesso. | 1 | 7.261,38 COD: 28093 | |
| TOTAL | | 86.306,41 | 94.285,00 |

Assim, o valor inicialmente estimado de R\$ 86.396,41, fls. 176, passou para o valor final de R\$ 94.285, fls. 222.

Ressalta-se que foram adquiridos produtos com especificação (COD SES) diferentes da pesquisa de preços inicial. Ainda, curioso que o código SES 28073 foi vencido pela empresa DELTA na licitação (ainda que no caso específico o produto não pudesse ser de outra marca, pois havia necessidade de compatibilidade com marca-passo já existente).



Ministério Público do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Ademais, a última aquisição não incluiu o controle de acesso, que estava autorizado na dispensa, e, ainda assim, o valor ficou acima do inicialmente autorizado para contratação³.

Parecer técnico informou que a documentação da empresa não atendeu, já que o CBPT estava vencido desde 2006, fls. 139 e 159. Posteriormente, houve parecer técnico informando que a documentação atendeu ao solicitado no Termo de Referência, fls. 164.

A empresa tinha apresentado toda a documentação, com pendências (Certificado de Boas Práticas e Registro na Anvisa – fl. 138-verso). Assim, efetuou-se diligência, sendo que foi acrescido apenas o certificado da Anvisa. Em seguida, a documentação foi recusada.

Acrescentou-se, posteriormente, o Certificado de Boas Práticas (13/02/2014 – validade de 2 anos), sendo então aceita a nova documentação. Destaca-se que ao descrever as pendências, o médico indica que o certificado de boas práticas havia expirado em 2006 (fl. 138-verso), o que nos leva a questionar se as aquisições ocorridas entre 2006 e 2014 não previram tal requisito, ou não o observaram. Para os casos em análise, todas ocorreram após o período de vigência do novo certificado.

Foram juntados documentos sem assinatura, fls. 180/182, referentes às autorizações para dispensa e liquidação e pagamento.

Na sequência, afirmou-se que a cirurgia estava programada para 16/02/15, fls. 199.

A liquidação e pagamento foi autorizada pelo Secretário à época, JOÃO BATISTA DE SOUSA, fls. 225.

Mas, não havia escopia no HBDF, fls. 251, com equipamento quebrado. E, mesmo em funcionamento, após, fls. 252, informou-se que havia sido direcionado apenas para urgências, “e na tabela de prioridades, a Unidade de Neurocirurgia não foi contemplada em nenhum dia da semana”, fls. 253. Comunicação expressa de que tais cirurgias não serão realizadas está a fls. 258.

³ A decisão judicial também não cita controle de acesso, mas na dispensa estava inserido o produto, conforme Termo de Referência às fls. 36/42.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

A paciente só foi operada em 17/08/15, fls. 265, não havendo novos documentos no processo.

VI – Processo 060.003.354/14

Trata-se de processo de interesse de **LILIA TERTULINA DE ASSIS FERNANDES**, Ação 2014.01.1.196547-9, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implantação de neuroestimulador, em razão do deferimento da antecipação de tutela pelo Juiz da 8ª VFP DF, em 22/02/14, com sentença procedente em 05/06/14, fls.37. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto, fls. 16/23.

Apesar do Diretor do HBDF avisar que a paciente foi operada e julho de 2013, fls. 27, na verdade, foi submetida a um teste cirúrgico de adaptação ao aparelho a ser utilizado, fls. 24.

Em abril de 2014, foi afirmado que não havia urgência na realização do procedimento, fls. 32, além de afirmar, a fls. 34, o que se segue:

Entretanto é necessário a padronização das solicitações, baseadas em protocolo clínico, dentro dos padrões exigidos pelo Ministério da Saúde e Secretária de Saúde do DF. Informamos ainda que estamos empenhados em formalizar as indicações através da publicação do protocolo clínico do Sistema de Neuromodulação, bem como retornar a discussão de padronização desse tratamento.

A cirurgia foi programada para ocorrer em 02/02/15, fls. 45, mas ocorreu em 09/02/15, e os autos, após, arquivados.

Os valores foram compatíveis com a Ata 158/2014-A, referentes a 2 cabos extensores (item 6 da ata), 2 eletrodos (item 5), 1 neuroestimulador (item 4) e 1 controle de acesso (item 30).

| Produto | Qtd | Valor Ata 158/14 (fl. 225) |
|--------------------|-----|-------------------------------|
| Cabo extensor | 2 | 13.482,00 |
| Eletrodo | 2 | 24.370,00 |
| Neuroestimulador | 1 | 44.490,00 |
| Controle de acesso | 1 | 6.900,00 |



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

| Produto | Qtd | Valor Ata 158/14 (fl. 225) |
|----------------|------------|---------------------------------------|
| TOTAL | | 89.242,00 |

VII – Processo 060.003.355/14

Trata-se de processo de interesse de **JOÃO CHAVES DA SILVA**, Ação 2014.01.1.021273-2, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implantação de neuroestimulador. A antecipação de tutela não foi deferida inicialmente pelo Juiz da 5ª VFP DF, em 18/02/14, mas, após deferida, em 15/05/14, fls. 28, com sentença procedente em 08/10/14, fls.44. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto, fls. 16/20.

Foi elaborado Termo de Referência, fls. 30/36, pelo Coordenador da Neurocirurgia, Amauri Araújo Godinho Júnior e Maria Abadia Gomes Pereira, e aprovado por Rosilene Carla da Silva, fls. 37 e 40. **O valor descrito foi de R\$ 110.950,00**, fls. 59.

A cirurgia foi programada para 09/02/15, mas realizada em 06/04/15, fls. 89.

O pagamento foi autorizado somente em 22/06/15, fls. 105, não havendo nova documentação relevante.

Os valores compatíveis com a Ata 158/2014-A, referentes a 1 neuroestimulador (item 1 da ata), 2 eletrodos (item 2) e 1 cabo extensor (item 3).

| Produto | Qtd | Valor Ata 158/14 (fl. 225) |
|------------------|------------|---------------------------------------|
| Neuroestimulador | 1 | 55.000,00 |
| Eletrodo | 2 | 39.700,00 |
| Cabo Extensor | 2 | 16.250,00 |
| TOTAL | | 110.950,00 |

VIII – Processo 060.006.204/14

Trata-se de processo de interesse de **ZEZIEL GOMES DOS SANTOS**, Ação 2014.01.1.063735-9, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implantação de neuroestimulador. A antecipação de tutela



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

foi deferida inicialmente pelo Juiz da 5ª VFP DF, em 30/04/14, e, após confirmada, com sentença procedente, em 05/08/14, fls.31. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto, fls. 13/16. Alegou-se, ainda, que a não realização da cirurgia não colocava em risco a vida do paciente, fls. 25.

Deixou-se claro, a fls. 56, que a única marca compatível seria a Medtronic.

A despesa, no valor de **R\$ 89.452,00**, foi autorizada e liquidada pelo então Secretário, João Batista de Sousa, fls. 71.

A cirurgia foi programada para 26/01/15, fls. 37.

Ocorre que foi informado que o material não foi adquirido, pois era para o paciente Luiz Carlos da Silva (Processo 0060.001730/2014), nos termos da NF juntada ao feito, fls. 100, submetido a procedimento cirúrgico em 30/03/15, fls. 105.

Ocorre que o médico assistente reagiu, avisando que não tratava o paciente contemplado e que tampouco havia ocorrido de um kit ser entregue a paciente diverso, fls. 103.

Verificou-se, mais tarde, que ocorreram duas compras em nome de Luiz Carlos da Silva.

Finalmente, o paciente Zeziel Gomes dos Santos foi operado no dia 23/11/15, fls. 112.

Note-se que o material foi, então, utilizado pelo paciente operado posteriormente, parecendo comprovar que um mesmo kit pode ser usado por outro.

O processo do Sr. Luiz Carlos da Silva trata de aquisição de equipamentos da Delta, no valor total de R\$ 158.950,00. Na nota de empenho 2015NE000074, consultada via SIGGO, encontra-se a descrição correta do Processo nº 060.001.730/2014, indicando se tratar de AÇÃO JUDICIAL EM FAVOR DE LUIZ ALBERTO CARLOS DA SILVA.

Ao que parece, ocorreu uma confusão na parte final da aquisição do processo **060.006.204/14**, que passou a fazer referência ao Sr. Luiz Alberto Carlos da Silva, ao invés do Sr. Zeziel Gomes dos Santos. Assim, ficou registrado na farmácia que os equipamentos seriam do Sr. Luiz, contudo, este já havia sido atendido pela compra do



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

outro processo. Após desfeita a confusão, o paciente foi operado com os equipamentos destinados a ele.

IX – Processo 060.006.438/14

Trata-se de processo de interesse de **EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS**, Ação 2014.01.1.064999-2, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implantação de neuroestimulador. A antecipação de tutela foi deferida inicialmente pelo Juiz da 4ª VFP DF, em 07/05/14, “devendo, porém, aguardar, para sua realização, o término do procedimento de compra”. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto, fls. 14/17.

Não tardaram a surgir questionamentos, fls. 36:

Ressaltamos que, a aquisição individual desses equipamentos, quando adquiridos por meio de processos emergenciais (judiciais), tem os valores muito mais elevados em comparação a aquisição realizada por meio de processo regular.

Frisamos que, não há por parte desta SES/DF a intenção de deixar de atender a paciente, apenas estamos buscando a melhor forma de atender os pacientes que necessitam do tratamento com os neuromoduladores.

Ver, também, fls. 38:

1. O procedimento requerido é padronizado/disponível na SES/DF?
2. Como os pacientes da rede SES/DF são assistidos no tratamento desta mesma patologia?
3. A indicação do tratamento está de acordo com os Protocolos Clínicos adotados por esta SES/DF?
4. Quais são as alternativas para o tratamento desta patologia?



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Em resposta, foi esclarecido que o tratamento não é padronizado no SUS, encontrando-se, ainda, em análise no CONITEC no MS, não existindo, por igual, protocolo clínico, fls. 39/40.

Na sequencia, fls. 43, esclareceu-se que o procedimento não é imprescindível para a manutenção da vida desses pacientes, “pois são controlados satisfatoriamente com o tratamento clínico”, tecendo críticas às prescrições, em face do aumento da demanda e dos custos.

A partir daí, passou-se a avaliar o tratamento, para verificar se havia outra indicação médica, fls. 45, mas o paciente não compareceu à consulta com outro profissional, fls. 52. Esclareceu-se que houve um equívoco, todavia, na marcação, e que o paciente deveria ter sido submetido à análise da equipe de dor crônica, o que, ainda assim, seria infrutífero, pois “o paciente já faz seu acompanhamento e tem sua indicação terapêutica proveniente daquela unidade” (fls. 56).

O médico assistente insistiu na indicação, com certeza de sua eficácia. “A opção de 8 polos por eletrodo (...) é a melhor que a de 4 eletrodos” (fls. 65)

O valor foi de R\$ 92.400, fls. 71, tendo sido autorizada a despesa pelo Sr. Marcello Nóbrega, fls. 77, compatíveis com a Ata 158/2014-A:

| Produto | Qtd | Valor da aquisição (fl. 77) |
|---------------------------|-----|--------------------------------|
| Eletrodo | 2 | 27.200,00 |
| Cabo Extensor | 2 | 13.600,00 |
| Neuroestimulador 16 polos | 1 | 44.700,00 |
| Controle de Acesso | 1 | 6.900,00 |
| TOTAL | | 92.400,00 |

O paciente foi operado em 06/04/15, fls. 114.

X – Processo 060.010.228/14

**Ministério Público do Distrito Federal****Procuradoria Geral**

Trata-se de processo de interesse de **MARIA MÔNICA SANTANA MUNIZ**, Ação 2014.01.1.12667452, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implantação de neuroestimulador. A antecipação de tutela não foi deferida inicialmente pelo Juiz da 1ª VFP DF, em 20/09/14, fls. 03. 07/05/14, “devendo, porém, aguardar, para sua realização, o término do procedimento de compra”. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto, fls. 16/17 e fls. 19/20. Contudo, o Relatório Médico é assinado por Laura Mendes de Barros, médica RESIDENTE, fls. 18.

Novos questionamentos foram feitos, fls. 28:

- i) Qual a previsão para que se realize procedimento cirúrgico NEROMODULADOR RECARREGÁVEL (ELETRODO BIPOLAR DESCARTÁVEL, MARCA PASSO CARDÍACO4 F)?
- ii) Há alguma lista de espera?
- iii) Se há lista de espera, qual a posição do autor?
- iv) O processo para aquisição de insumos já foi regularizado ou há material disponível na rede pública ou privada de saúde?
- v) Há outra alternativa de tratamento?

Em resposta, informou-se, uma vez mais, que o tratamento não é padronizado, mas apropriado ao caso, acrescentando, ainda, NÃO haver lista de espera (assinado por Amauri Godinho Jr, fls. 29 verso).

Na sequência, foi esclarecido que a não realização da cirurgia não coloca em risco a vida do paciente, fls. 31.

Em razão disso, a antecipação de tutela foi indeferida: “Ausente, a meu sentir, a prova inequívoca que faça a autora passar à frente de outros pacientes”, fls. 35, em 11/09/14.

Outra foi a decisão proferida a fls. 41, determinando o fornecimento do material para a realização da cirurgia em até 60 dias.

Questionamentos semelhantes aos anteriores foram renovados a fls. 43, respondidos a fls. 44/45, sem novidade, repetida novamente a preocupação a fls. 47/48 por Amauri Godinho Jr.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Novamente, tentou-se realizar consulta para ser aferida a condição da paciente, fls.54. De conseguinte, a paciente foi atendida por um Neurologista (Carlos Bernardo Tauil) e orientada a iniciar acompanhamento no ambulatório de dor da anestesia e acupunturiatria, fls. 57. No entanto, confirmou-se na sequencia a necessidade do implante do neuromodulador, fls. 60.

Nova resposta aos questionamentos feitos anteriormente podem ser vistas a fls. 67. Agora, contudo, afirma-se que há dezenas de pacientes em lista de espera. O laudo é contundente, além da urgência, elenca vários riscos, inclusive, de suicídio, por causa da dor excessiva. O mesmo médico Luiz Cláudio Modesto Pereira assina o referido documento, fls. 74.

O valor total era de R\$ 85.372,00, fls. 86, autorizado a fls. 91 e 108, compatível com a Ata 158/2014-A.

Mais uma vez, contudo, foi ressaltada a falta de condições para a realização dessas cirurgias, por falta de escopia, fls. 116.

Finalmente, em 31/08/15, o procedimento foi realizado, fls. 131.

XI – Processo 060.006.040/14

Trata-se de processo de interesse de **LENITA VALERIA DA SILVA**, Ação 2014.01.1.018115-9, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para implantação de neuroestimulador. A antecipação de tutela foi deferida inicialmente pelo Juiz da 4ª VFP, mas em 29/04/14, fls. 02. “devendo, porém, aguardar, para sua realização, o término do procedimento de compra”. A prescrição é do médico da SES, Tiago da Silva Freitas, fls. 16/20.

Ocorre que a SES afirmou ao Magistrado, fls. 37:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Informações a Vossa Excelência que devido à grande demanda de pacientes que não preenchem os protocolos de utilização de neuroestimulador e solicitam judicialmente a realização do procedimento cirúrgico de implantação deste material, foi iniciado um procedimento de compra regular de neuroestimuladores, que atualmente encontra-se na Central de Compras da SES/DF.

Ressaltamos, que a mudança no procedimento de aquisição passando do individual o abastecimento geral da rede, tem fundamento na grande diferença de preços apresentados pelas empresas fornecedoras, quando iniciamos um processo de dispensa de licitação, que é muito mais oneroso ao SUS.

Posteriormente, juntou-se resposta de fls. 49, sugerindo reavaliação, inclusive, fls. 51/52.

No caso, há Protocolo Clínico de Tratamento Cirúrgico da doença de Parkinson, daí a sugestão de perícia, fls. 61 e fls. 70/83.

A cirurgia foi contra-indicada, em razão do estado de saúde da autora, temporário, apesar dos materiais haverem sido adquiridos, fls. 90/01. Esta última informação foi refutada a fls. 99/100. Na sequencia, esclareceu-se que a compra foi feita, mas a cirurgia, não realizada, fls. 152/153, em razão da falta de leitos de UTI, Centro Cirúrgico e recursos humanos, fls. 153, passando-se a solicitar a pactuação com outros Hospitais da rede para a realização das cirurgias do tipo. Houve reiteração da situação, fls. 158, inclusive falta de tomógrafos, fls. 163. Nada disso, por derradeiro, ocorreu impunemente: “A não realização dos procedimentos no período programado acabou por agravar o quadro neurológico dos pacientes” (fls. 164).

Em agravo, informou-se que os materiais adquiridos, desde 19/06/15, estavam em vias de vencer, fls. 203 e 213, sendo informado que o tomógrafo foi, enfim, consertado.

Ainda assim, foi necessária a troca do material vencido, fls. 217.

Não há notícia de que a cirurgia tenha sido realizada.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

O valor do material era de R\$ 82.975,00, fls. 116, mas acabou autorizado, fls. 123, em R\$ 111.150, e, depois, R\$ 110.950 e fls. 143.

Verifica-se que o valor de R\$ 82.975,00 não considerou os quantitativos do eletrodo e Cabo Extensor:

| Produto | Qtd | Valor da aquisição (Preço unitário) | Multiplicado pelo quantitativo |
|------------------|-----|--|-----------------------------------|
| Neuroestimulador | 1 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| Eletrodo | 2 | 19.850,00 | 39.700,00 |
| Cabo Extensor | 2 | 8.125,00 | 16.250,00 |
| TOTAL | | 82.975,00 | 110.950,00 |

O valor de R\$ 111.150,00 foi apenas um equívoco no despacho de autorização (fl. 123), posteriormente retificado (fl. 125).

XII – Processo 060.002.013/14

Trata-se de processo de interesse de **SECY NONATO DA SILVA CARVALHO**, Ação 2014.01.1.01217-5, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para implantação de neuroestimulador. A antecipação de tutela foi deferida, em 30/01/14, fls. 03, pelo Juiz da 6ª VFP, e depois a fls. 43, em 28/02/14. Finalmente, em 13/10/14, houve sentença pela procedência da ação, fls. 58. A prescrição é do médico da SES, Igor Breno Campbell Borgesiago da Silva Freitas, fls. 17/25.

A SES justificou a não aquisição, assim:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Desse modo, diante da complexidade do processo de dispensa de licitação, esclarecemos que é inviável que o mesmo seja concluído em 10 dias, pois nenhum fornecedor realiza a entrega antecipada do equipamento sem que o resultado final da dispensa de licitação tenha sido homologado por meio do Diário Oficial do Distrito Federal.

Por outro lado, destacamos que grande parte dos fornecedores não possui sede nesta capital federal, o que demanda um tempo ainda maior para que seja realizada a efetiva entrega dos materiais.

O Termo de Referência foi juntado a fls.31/38. O valor totalizou R\$ 110.950, fls. 73, assinado por Oswaldo Ribeiro Marquez Neto, autorizado a fls. 87, estando compatível com a Ata 158/2014-A.

Em seguida, mais uma vez, foi consignado que a falta da cirurgia não colocava em risco a vida do paciente, sugerindo-se o aguardo à licitação, fls. 53.

O procedimento foi realizado em 02/03/15, fls. 120.

XIII- Processo 060.002.244/15

Trata-se de processo de interesse de **JOSÉ MAGNO CHAVES BARROS**, Ação 2015.01.1.022602-7, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para a troca de eletrodos. A antecipação de tutela foi deferida, em 3/03/15, fls. 02, pelo Juiz da 2ª VFP, narrando em especial a situação do paciente:

“foi submetido ao implante de marca-passo lombar em 2007/2011, e que, isso não obstante, rapidamente se esgota a bateria do referido dispositivo. Diz também que hoje necessita de mais eletrodos, com maior carga elétrica”

A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto Pereira, fls. 14/15, 20/21 e 23/24 e 39. Mas foi exigido parecer técnico elaborado por 03 especialistas em dor, fls. 59 (e também para um paciente chamado Victor Hugo Rodrigues Correa). Solicitou-se às áreas demandadas a realização de protocolo assistencial, fls. 60.

O valor foi calculado em R\$ 85.372, pelo Coordenador, Oswaldo Ribeiro Marquez Neto, fls.44, mas o valor foi para R\$ 134.082,00, fls 46. Trata-se de um erro

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal****Procuradoria Geral**

de conta no Despacho do Coordenador, ao somar os itens, chega-se ao valor total de R\$ 134.082,00.

A despesa foi autorizada a fls. 51, mas na sequência, reportou-se à falta de escopia para a realização da cirurgia, fls.65. Contudo, o procedimento foi realizado em 24/08/15, fls. 87.

XIV – Processo 060.002.864/15

Trata-se de aquisição para o paciente VALDIR MOREIRA SILVA, SEM SER POR DEMANDA JUDICIAL, A PEDIDO DO MÉDICO, DR. TIAGO DA SILVA FREITAS, FLS. 02/05; FLS. 16, A MÃO.

O valor total foi estimado em R\$ 85.500, fls. 21, autorizada a despesa a fls. 27 e 43, compatível com a Ata nº 158/2014-A.

Os pagamentos foram realizados, fls. 51, mas não há notícias da data da realização do procedimento.

XV – Processo 060.014.907/2013

Trata-se de processo de interesse de **MARCUS VINÍCIUS ROCHA DA COSTA**, Ação 2013.01.1.183678-8, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais da marca Medtronic, para implante de neuroestimulador no tratamento da dor, em razão do deferimento da antecipação de tutela pela Juíza da 8ª VFP DF, em 17/12/2013. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto, fls. 18/21.

Foi elaborado Termo de Referência, fls. 27/34, e Pedido de Aquisição de Material Judicial – PAM, fls. 35.

A Chefe da Central de compras da SES/DF destaca que o procedimento regular para aquisição dos equipamentos, Processo nº 060.001.043/2013, Pregão Eletrônico 234/2013, foi cancelado, fls. 41.

Houve solicitação de orçamento, a fls. 42, e a fls. 51, houve a fixação do preço, no **valor de R\$ 85.135,50**, considerando a média dos preços cotados.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

O então Secretário de Saúde, Rafael Barbosa, autoriza a Dispensa de Licitação, fls. 57.

Foi, assim, aberta a Dispensa de Licitação, tendo sido juntados emails, as fls. 68, de empresas, informando não dispor do material, salvo, da empresa Dabasons, fls. 70, mas faltavam os seguintes documentos: CBPF (Certificado de Boas Práticas) e Anvisa AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa), respectivamente, fls. 125-verso, que foram juntados posteriormente, fls. 126, sendo sua proposta no valor de **R\$ 85.712,76** (mesmo valor que cotou na pesquisa de preços realizada pela SES/DF antes da abertura da dispensa).

Em seguida, informou-se a respeito do Pregão nº 158/2014, considerando que o prazo para seu término com previsão de 180 dias, a Chefe do Núcleo de Judicialização encaminhou os autos para emissão de Nota de Empenho em vista da urgência do caso, fls. 170. Contudo, foi juntada nova proposta da Dabasons ao final dos documentos no valor de **R\$ 75.852,00**, com os mesmos produtos, a fls. 172.

Ao final, a dispensa foi autorizada por Túlio Roriz Fernandes, fls 178, e ratificada por José Bonifácio Carreira Alvim, fls. 179, pelo valor de R\$ 75.852,00, em 24 de agosto de 2014.

Em 30 de agosto de 2014, foi autorizada a emissão da nota de empenho, pelo Sr. Túlio Roriz Fernandes, à fls. 220.

A Nota de Empenho nº 2014NE00531 foi emitida em 06/10/2014 e não se refere à Ata de RP nº 158/2014.

Assim, os valores dos itens da licitação estavam diferentes daqueles propostos para a dispensa, conforme o seguinte comparativo:

| Produto | Qtd | Valor dispensa (fl. 225) | Valor Ata 158/14 |
|-----------------------------------|-----|--------------------------------|--|
| Neuroestimulador. COD SES: 30335. | 1 | 40.740,00 | 44.490,00 (item 04 da Ata) |
| Cabo Extensor. COD SES: 28081. | 2 | 6.372,00 Qtd 2 = 12.744,00 | 6.741,00 Qtd 2 = 13.482,00 (item 06 da Ata) |
| Eletrodo. COD SES: 28084. | 2 | 11.184,00 Qtd 2 = 22.368,00 | 12.185,00 Qtd 2 = 24.370,00 (item 05 da Ata) |



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

| Produto | Qtd | Valor dispensa (fl. 225) | Valor Ata 158/14 |
|----------------|------------|-------------------------------------|-------------------------|
| TOTAL | | 75.852,00 | 82.342,00 |

Apesar de ter sido empenhado já na vigência da Ata nº 158/2014-A (Dabasons), a dispensa obteve valores melhores que os registrados no referido registro de preços.

Não há notícias, no processo, quanto a realização do procedimento cirúrgico.

XVI – Processo 060.004.267/2014

Trata-se de processo de interesse de **ELISANGELA RIPARDO DOS SANTOS**, Ação 2014.01.1.035916-8, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais para implante de neuromodulação medular no tratamento da dor, em razão do deferimento da antecipação de tutela pelo Juiz da 2ª VFP DF, em 17/03/2014. A prescrição é do médico da SES, Carlos Eduardo Ontiveros, fls. 21, sem indicação de marca.

Após intimados, indicou-se a necessidade de elaboração de Termo de Referência para cumprimento da decisão judicial, fls. 61. Contudo, foi indicada a existência da Ata de RP nº 158/2014, para atendimento da demanda, fls. 61-verso.

À fl. 74, a Diretora-Geral do Hospital de Base indica o material necessário para a realização da cirurgia, de acordo com o solicitado no processo judicial. (1 eletrodo de 16 polos em placa, 2 cabos conectores e 1 aparelho gerador para 16 polos).

O Dr. Carlos Eduardo Ontiveros, Neurocirurgião, indicou os materiais para a realização da cirurgia, de acordo com a Ata de RP, a fls. 82:

Os materiais para a realização da cirurgia, presente em Ata de Registro de Preço são:

| LOTE | ITEM | QUANTIDADE | CÓDIGO SES | CÓDIGO BR |
|------|------|------------|------------|-----------|
| 04 | 11 | 01 | 28088 | 403834 |
| 04 | 12 | 02 | 32643 | 354990 |
| 08 | 27 | 01 | 32652 | 421689 |
| 08 | 29 | 01 | 32648 | 331722 |
| 08 | 30 | 01 | 32651 | 403807 |



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Em seguida, foi juntado o Pedido de Aquisição de material, a fls. 90, com a descrição dos itens e seus quantitativos. À fl. 92, é juntada solicitação de compra dos equipamentos, indicando o valor de R\$ 137.785,00, de acordo com a Ata de RP.

| Produto | Qtd | Valor Ata 158/14 |
|-------------------------------------|------------|---|
| Eletrodo. COD SES: 28088 | 1 | 32.100,00 (item 11 da Ata) |
| Cabo Extensor: 32643 | 2 | 6.741,00 Qtd 2 = 13.800,00 (item 12 da Ata) |
| Neuroestimulador. COD SES: 32652. | 1 | 74.000,00 (item 27 da Ata) |
| Sistema de Carga. COD SES: 32648. | 1 | 10.985,00 (item 29 da Ata) |
| Controle de acesso. COD SES: 32651. | 1 | 6.900,00 (item 30 da Ata) |
| TOTAL | | 137.785,00 |

Não há explicação sobre o porquê do acréscimo de equipamentos.

Foi autorizada a emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento por Marcello Nóbrega de Miranda Lopes, fls 100.

Foi indicada a falta de escopia (aparelho danificado), impossibilitando a realização de cirurgias, pelo Dr. Igor Brenno Campbell Borges, à fl. 128.

Em 5 de agosto de 2015, a fl. 134, foi indicado que o aparelho já estava em funcionamento. A paciente Elisangela foi submetida a intervenção cirúrgica no dia 29/02/2016.

XVII – Processo 060.008.077/2014

Trata-se de processo de interesse de **CLÁUDIA REGINA DA FONSECA SANTOS**, Ação 2014.01.1.093364-2, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais para implante de neuromodulação medular no tratamento da dor, em razão do decisão da 2ª VFP DF, em 10/10/2014, a fls. 34. A prescrição é do médico da SES, Tiago da Silva Freitas, fls. 17, sem indicação de marca.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

A solicitação é de 1 eletrodo de 16 pólos, 2 cabos conectores e 1 aparelho de neuromodulação.

Após aguardar o término do procedimento licitatório, indicou-se que:

Levando em consideração que o processo regular foi finalizado, conforme folha 38, solicito a Vossa Senhoria que tome as providências necessárias para retirada dos materiais necessários para a realização da cirurgia pleiteada da ATA de Registro de Preços nº 158/2014.

Para atendimento da cirurgia, o Dr. Tiago Freitas e Alan Santos listam os seguintes itens possíveis para o procedimento, a fl. 60-verso:

Informo que os seguintes itens listados atendem ao procedimento cirúrgico do paciente:

| Lote | Item | Cod. SES | Cod. BR | UNIDADE |
|------|------|----------|---------|---------|
| 4 | 10 | 3242 | 421689 | 1 U± |
| | 11 | 28088 | 403834 | 1 U± |
| | 12 | 32643 | 354990 | 2 U± |

OU

| Lote | Item | Cod. SES | Cod. BR | UNIDADE |
|------|------|----------|---------|---------|
| 6 | 18 | 28073 | 421689 | 1 U± |
| | 19 | 28087 | 403834 | 2 U± |
| | 20 | 32644 | 354990 | 2 U± |
| | 21 | 32646 | 331722 | 1 U± |
| | 22 | 32649 | 403807 | 1 U± |

Sugestões de materiais para a SES/DF

Alan de Souza Santos
Neurocirurgião
CRM 14433

Para fins comparativos, apresento o quadro abaixo com o comparativo de preços e itens, referentes às atas de RP nºs 158/2014-A (Lote 4 – Dabasons), e 158/2014-B (Lote 6 – Delta Medical).

Ata de RP Nº 158/2014-A – Empresa Dabasons (LOTE 4)



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

| Produto | Qtd | Valor Unitário | Valor Total |
|---|------------|-----------------------|--------------------|
| Neuroestimulador. COD SES: 32642. (item 10) | 1 | 44.700,00 | 44.700,00 |
| Eletrodo. COD SES: 28088. (item 11) | 1 | 32.100,00 | 32.100,00 |
| Cabo Extensor. COD SES: 32643. (item 12) | 2 | 6.900,00 | 13.800,00 |
| TOTAL | | | 90.600,00 |

Ata de RP Nº 158/2014-B – Empresa Delta (LOTE 6)

| Produto | Qtd | Valor Unitário | Valor Total |
|---|------------|-----------------------|--------------------|
| Neuroestimulador. COD SES: 28073. (item 18) | 1 | 79.900,00 | 79.900,00 |
| Eletrodo. COD SES: 28087. (item 19) | 2 | 34.200,00 | 68.400,00 |
| Cabo Extensor. COD SES: 32644. (item 20) | 2 | 6.500,00 | 13.000,00 |
| Sistema de Carga. COD SES: 32646. (item 21) | 1 | 10.600,00 | 10.600,00 |
| Controle de Acesso. COD SES: 32649. (item 22) | 1 | 6.700,00 | 6.700,00 |
| TOTAL | | | 178.600,00 |

Não há explicação a respeito da discrepância entre os kits solicitados, o porquê da necessidade de controle de acesso e sistema de carga nos equipamentos da Delta, ou o quantitativo maior de eletrodos.

Em seguida, é apresentado o Pedido de Aquisição de Material (PAM), a fls. 62, seguido de pedido de aquisição de OPME, a fls. 63, com o valor total de **R\$ 90.600,00**.

A paciente Cláudia foi submetida a intervenção cirúrgica no dia 14/02/2015.

XVIII – Processo 060.012.310/2013

Trata-se de processo de interesse de **SHIRLEY CATANEO DE SOUZA**, Ação 2013.01.1.150657-9, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais para implante de neuromodulação medular no tratamento da dor, em razão do decisão da 7ª VFP DF, em 10/10/2014, a fls. 34. A prescrição é do médico da SES, Tiago da Silva Freitas, fls. 25, e Igor Brenno Campbell Borges, fls. 27, sem indicação de marca.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

A solicitação é de 1 eletrodo octopolar para estimulação lombar, 1 cabo conector e 1 aparelho de neuromodulação medular.

Foi elaborado Termo de Referência, fls. 38/45, e Pedido de Aquisição de Material Judicial – PAM, fls. 46. Houve solicitação de orçamento, a fls. 50, e a fls. 57, houve a fixação do preço, no **valor de R\$ 64.430,24**, considerando a média dos preços cotados.

O então Secretário de Saúde-Substituto, Elias Fernando Miziara, autoriza a Dispensa de Licitação, fls. 66.

Foi, assim, aberta a Dispensa de Licitação, tendo sido juntados emails, as fls. 74, de empresas, informando não dispor do material, salvo, da empresa Dabasons, fls. 81, mas faltavam o CBPF (Certificado de Boas Práticas), fls. 141. Após a juntada de alguns certificados em inglês, foi indicado, pela Sra. Fabiana Verano, que a documentação atendia ao solicitado no termo de referência, em 27 de janeiro de 2014. A empresa apresentou proposta de preços no valor de R\$ 68.604,56.

No contexto do processo nº 060.014.918/2013, o Certificado de Boas Práticas foi emitido em 13/02/2014 – validade de 2 anos.

Em seguida, o Sr. Túlio Roriz Fernandes autoriza a dispensa, fls. 165 (documento sem assinatura), ratificada pelo Sr. Rafael Barbosa de Aguiar, fls. 165, pelo valor da proposta da Dabasons (maior que o preço estimativo).

Em 6 de fevereiro de 2014, foi autorizada a emissão da nota de empenho, pelo Sr. Túlio Roriz Fernandes, à fls. 167.

A Nota de Empenho nº 2014NE00703 foi emitida em 12/02/2014, antes da vigência da Ata de RP nº 158/2014.

Para fins de comparação, verifica-se a diferença entre os valores da dispensa e da Ata:

| Produto | Qtd | Valor dispensa (fl. 174) | Valor Ata 158/14 |
|-----------------------------------|-----|-----------------------------|-------------------------------|
| Neuroestimulador. COD SES: 30335. | 1 | 46.036,20 | 44.490,00 (item 04 da Ata) |
| Cabo Extensor. COD SES: 28082. | 1 | 7.200,36 | 6.800,00 (item 09 da Ata) |



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

| Produto | Qtd | Valor dispensa (fl. 174) | Valor Ata 158/14 |
|---------------------------|------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| Eletrodo. COD SES: 28086. | 1 | 15.368,00 | 13.600,00 (item 08 da Ata) |
| TOTAL | | 68.604,56 | 64.890,00 |

A dispensa ocorreu antes da vigência da Ata de RP nº 158/2014-A.

A paciente Shirley foi submetida a intervenção cirúrgica no dia 16/04/2014.

Em 15/05/2014 a paciente, representada pela Defensoria Pública, expõe o seguinte:

A autora já realizou a cirurgia pleiteada na inicial em 16/04/2014, no Hospital de Base do DF.

Porém relata o Representante que há necessidade de um aparelho para o controle frequência dos estímulos elétricos, pois em razão da falta do referido aparelho a autora precisa ir ao médico semanalmente para ajuste da frequência dos estímulos referidos.

Desse modo, requer-se a suspensão do presente processo por 30 (trinta) dias, a fim de que a autora providencie relatório médico indicando a necessidade do aparelho para controle frequência dos estímulos elétricos, a fim de dar prosseguimento ao feito.

Até o fim do processo o referido aparelho havia sido negado pela SES/DF, pelo seguinte motivo, a fls. 212:

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal****Procuradoria Geral**

Informamos a Vossa Excelência que conforme documento do Coordenador da Neurocirurgia/SES-DF, o NEUROESTIMUADOR/NEUROMODULADOR, foi implantado em Abril/2014. A paciente está pleiteando um aparelho de controle externo, o que não é essencial para o funcionamento do dispositivo já implantado, tal aparelho seria objeto de outro pedido. Nesta data (24.03.2016), mantivemos contato telefônico com a paciente/autora Sra. Shirley Cataneo de Souza, nos reportando que o aparelho **NEUROESTIMULADOR** está funcionando perfeitamente e que a única coisa que ela está necessitando são os medicamentos, que não faz parte da ação em curso. Segue documento anexo que comprova a veracidade destas informações.

Não há evidências se o aparelho foi adquirido para a paciente, ou justificativa para a diferença de solicitações entre pacientes referentes aos equipamentos que compõem o kit de neuroestimulador.

XIX – Processo 060.012.499/2013

Trata-se de processo de interesse de **ENIO DE MOURA**, Ação 2013.01.1.152304-0, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais para implante de neuromodulação no tratamento da síndrome de touret, em razão da antecipação de tutela proferida pelo Juiz da 2ª VFP DF, em 17/01/2014, fls. 38. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto Pereira, fls. 14, com indicação da marca medtronic. A solicitação é de 2 eletrodos, 2 cabos conectores, 1 gerador de estímulo (marcapasso), 1 programador de paciente, 1 carregador de gerador.

Foi elaborado Termo de Referência com os equipamentos solicitados, em razão da ação judicial, a fls. 25, e juntado o Pedido de Aquisição de Material (PAM), com a indicação dos códigos e quantitativos dos equipamentos, fls. 31.

Houve solicitação de orçamento, a fls. 39, e a fls. 51, houve a fixação do preço, no **valor de R\$ 176.588,29**, considerando a média dos preços cotados.

O então Secretário de Saúde, Rafael de Aguiar Barbosa, autoriza a Dispensa de Licitação, fls. 57.

Foi, assim, aberta a Dispensa de Licitação, tendo sido juntados o envio de e-mails para diversas empresas, as fls. 64, e resposta com proposta e documentação apenas da empresa Dabasons, fls. 67, mas faltavam o CBPF (Certificado de Boas



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Práticas), fls. 131. A proposta de preços da Dabasons constava o valor **de R\$ 169.301,36**.

Após, é juntado Despacho nº 3.153/2014, a fls. 134, com a indicação de que:

Levando em consideração que o processo regular foi finalizado, conforme folha 133, solicito a Vossa Senhoria que tome as providências necessárias para retirada dos materiais necessários para a realização da cirurgia pleiteada da ATA de Registro de Preços nº 158/2014.

Assim, são indicados os equipamentos conforme o procedimento licitatório, da seguinte forma:

Esclareço que o material indicado para este paciente está especificado na página 21 deste processo.
O material ideal é da Medtronic pois é compatível com Ressonância e Marca Passo cardíaco.

Folha 145 Item 02 - código 28089 - Br - 403834
nº 145 Item 03 - código 28083 - Br - 354990

08/01/15

Folha 148 - Item 23 - código - 32645 - Br - 421689
Folha 149 - Item 25 - código - 32647 - Br - 331722
Folha 149 - Item - 26 - código - 32650 - Br - 403807

Dr. Luiz Cláudio Medeiros
Neurocirurgião Geralista
CRM 7341 DF

“Esclareço que o material indicado para este paciente está especificado na página 21 deste Processo. O material ideal é da Medtronic pois é compatível com ressonância e marca-passo cardíaco”.

À fl. 155, é juntada solicitação de compra dos equipamentos, indicando o valor de R\$ 172.435,00, de acordo com a Ata de RP. Em seguida, foi juntado o Pedido de Aquisição de material, a fls. 158, com a descrição dos itens e seus quantitativos.

Comparando os itens e valores da dispensa com a contratação pela ata temos os seguinte:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

| Produto | Qtd | Proposta dispensa (fl. 67) | Valor Ata 158/14 |
|-------------------------------------|------------|---------------------------------------|---|
| Eletrodo. COD SES: 28089. | 2 | 19.251,00 Qtd. 2 = 38.502,00 | 19.850,00 Qtd. 2 = 39.700,00 (item 02 da Ata) |
| Cabo Extensor. COD SES: 28083. | 2 | 8.320,00 Qtd. 2 = 16.640,00 | 8.125,00 Qtd. 2 = 16.250,00 (item 03 da Ata) |
| Neuroestimulador. COD SES: 32645. | 1 | 96.446,56 | 94.685,00 (item 23 da Ata) |
| Sistema de carga. COD SES: 32647. | 1 | 11.228,00 | 15.600,00 (item 25 da Ata) |
| Controle de acesso. COD SES: 32650. | 1 | 6.484,80 | 6.200,00 (item 26 da Ata) |
| TOTAL | | 169.301,36 | 172.435,00 |

O valor da proposta obtida na dispensa era mais baixo do que o registrado na licitação.

Foi autorizada a emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento por Vanusa Lopesa Ferreira Hermeto, fls 100, no valor de R\$ 172.435,00, com os equipamentos entregues, as fls. 174.

Até o fim do processo não há indicação sobre a realização do procedimento cirúrgico no paciente.

XX – Processo 060.014.909/2013

Trata-se de processo de interesse de **VALTO SEBASTIÃO DA SILVA FILHO**, Ação 2013.01.1.184879-4, ajuizada pela DEFENSORIA PÚBLICA, para aquisição de materiais para implante de neuromodulação medular no tratamento da dor, em razão da decisão da 8ª VFP DF, em 13/12/2013, a fls. 04. A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto Pereira, fls. 19, com indicação da marca Medtronic. A solicitação é de 2 eletrodo medulares quadripolares, 2 cabos conectores, 1 aparelho de neuromodulação e 1 aparelho de programação do paciente.

No Despacho nº 3343/2013-NJUD, a Chefe do Núcleo de Judicialização, ao receber a demanda judicial, solicita as seguintes informações:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

- a) Se é correta a indicação da cirurgia para o caso do paciente;
- b) Se há medicamento padronizado fornecido pela SES/DF que possa ser substituído pela cirurgia solicitado;
- c) Se a cirurgia é realizada na SES/DF e qual seria o melhor hospital para realizá-la;
- d) Se o material solicitado para a cirurgia é o indicado;
- e) Parecer referente ao presente caso concreto.

Em resposta, o Dr. Amauri Godinho Jr, apresenta os seguintes esclarecimentos:

O tratamento indicado é pertinente. O tratamento medicamentoso não consegue sanar o problema. A cirurgia tem sido realizada através de mandados judiciais, no HBDF. O tratamento proposto não é padronizado na SES/DF. O material solicitado é pertinente mas deve ser considerado a possibilidade do uso de material semelhante de outro fabricante.

Amauri Godinho Jr.
NEUROCIRURGO
CRM DF 9277

“O tratamento indicado é pertinente. O tratamento medicamentoso não consegue sanar o problema. **A cirurgia tem sido realizada através de mandados judiciais**, no HBDF. O tratamento proposto não é padronizado na SES/DF. O material solicitado é pertinente **mas deve ser considerado a possibilidade do uso de material semelhante de outro fabricante.**” (grifou-se)

Foi elaborado Termo de Referência, fls. 28/35, e Pedido de Aquisição de Material Judicial – PAM, fls. 36. Houve solicitação de orçamento, a fls. 39, e a fls. 48, houve a fixação do preço, no **valor de R\$ 91.081,63**, considerando a média dos preços cotados.

O então Secretário de Saúde, Rafael Barbosa, autoriza a Dispensa de Licitação, fls. 62.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Foi, assim, aberta a Dispensa de Licitação, tendo sido juntados emails, as fls. 69, de empresas, informando não dispor do material, salvo, da empresa Dabasons, com proposta no valor de **R\$ 92.974,14** fls. 74, mas faltavam os seguintes documentos: CBPF (Certificado de Boas Práticas) e Anvisa AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa), respectivamente, fls. 129-verso.

Assim, efetuou-se diligência, sendo que foi acrescido apenas o certificado da Anvisa. Em seguida, a documentação foi recusada, a fls. 150.

Acrescentou-se, posteriormente, o Certificado de Boas Práticas (12/03/2012 – validade de 2 anos), sendo então aceita a nova documentação, a fls. 155.

Em seguida, o Sr. Túlio Roriz Fernandes autoriza a dispensa, fls. 171 (documento sem assinatura).

Contudo, incluem-se no processo diversos documentos relativos a compra de material do Sr. Antônio Rafael Rodrigues, referente ao Processo nº 060.007.059/2013, Processo Judicial 2013.01.1.075930-0, sendo questionado o seguinte, a fls. 181:

Todavia, este Núcleo já tinha adquirido esse aparelho para outro paciente chamado Antônio Rafael Rodrigues dos Santos, do processo 060.007059/2013, que veio a falecer, documentos nas fls. 178/180.

Assim, nos reportamos à Vossa Senhoria para que avalie a questão de fornecer o aparelho do paciente que faleceu para o Sr. Valto Sebastião de Silva Filho, tendo em vista que já existem descumprimentos por parte desta SES/DF em relação a esse.

Após verificarem que o aparelho já comprado é compatível para atender o pleito do paciente deste processo, Sr. Valto, solicitamos agendarem o procedimento cirúrgico para esse, ou caso não seja compatível, favor nos comunicarem, inclusive se o aparelho está nesse Hospital.

Ressalto que as informações deverão ser encaminhadas ao Núcleo de Judicialização/GAB/SES, **COM URGÊNCIA**, tendo em iniciar o processo de contratação.

Contudo, os equipamentos não foram aceitos, a fls. 182-verso, sendo que “os eletrodos celebrais descritos (...) não se aplicam e não são adaptáveis para uso medular”.

Foi inserida nova proposta da Dabasons, no valor de **R\$ 82.278,00**, a fls. 195, sendo emitida nova autorização para emissão de NE, liquidação e pagamento pelo Sr. Túlio Roriz Fernandes, a fls. 200.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Os equipamentos foram entregues, fls. 208, contudo não há informações sobre a realização do procedimento cirúrgico.

A seguir, apresento quadro comparativo dos itens da dispensa com a Ata de RP nº 158/2014-A.

| Produto | Qtd | Proposta dispensa (fl. 67) | Valor Ata 158/14 |
|-------------------------------------|-----|---------------------------------|---|
| Eletrodo. COD SES: 28084. | 2 | 11.184,00 Qtd. 2 = 22.368,00 | 12.185,00 Qtd. 2 = 24.370,00 (item 05 da Ata) |
| Controle de acesso. COD SES: 28093. | 1 | 6.426,00 | 6.050,00 (item 17 da Ata da Delta) |
| Neuroestimulador. COD SES: 30335. | 1 | 40.740,00 | 44.490,00 (item 04 da Ata) |
| Cabo Extensor. COD SES: 28083. | 2 | 6.372,00 Qtd. 2 = 12.744,00 | 8.125,00 Qtd. 2 = 16.250,00 (item 03 da Ata) |
| TOTAL | | 82.278,00 | 91.160,00 |

O valor da proposta obtida na dispensa foi mais baixo do que o registrado na licitação.

XXI – Processo 270.000.166/2015

Trata-se de processo de interesse de **ERONILDES SOARES GOMES**, para aquisição de materiais para implante de neuromodulação no tratamento de dor (troca). A prescrição é do médico da SES, Luiz Cláudio Modesto Pereira, fls. 03/04, com indicação da marca medtronic. A solicitação é de 1 cabo adaptador, 1 eletrodo e 1 aparelho de neuromodulação. Não houve processo judicial para o requerimento.

Foi juntado o Pedido de Aquisição de Material (PAM), com a indicação dos códigos e quantitativos dos equipamentos, fls. 19. Em seguida, é juntada solicitação de compra dos equipamentos, indicando o valor de R\$ 33.287,00, de acordo com a Ata de RP nº 158/2014, fls. 21. O valor está com erro, pois somando-se os itens chega-se ao valor de R\$ 66.287,00



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Foi autorizada a emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento por Marcello Nóbrega de Miranda Lopes, fls 29, no valor de R\$ 66.287,00, com os equipamentos entregues, as fls. 35.

Contudo, o paciente não foi operado, conforme descrição à fls. 54.

O procedimento cirúrgico da paciente foi agendado e confirmado para o dia 11/04/16 com o médico assistente dr Luiz Cláudio Modesto.

Em 07/04/16, a Secretaria da Unidade de Neurocirurgia realizou contato telefônico com a paciente informando sobre o agendamento e solicitando sua internação.

A paciente, porém, informou que: "não mais tinha interesse em realizar o procedimento, que não iria internar e que viria conversar com seu médico assistente, dr Luiz Cláudio Modesto, no mesmo dia 07/04/16 no ambulatório do HBDF no período da tarde".

Conforme descrito no prontuário eletrônico, a paciente não compareceu nem à consulta naquela data e também não compareceu ao HBDF para proceder internação e realização do procedimento cirúrgico agendado para o dia 11/04/16 para o qual, inclusive, o material especial adquirido pela SES encontra-se na Farmácia do Hospital de Base. Não sendo realizado, portanto, por estes motivos, o procedimento em questão.

Em vista do vencimento dos aparelhos adquiridos, a Assessoria-Jurídica emitiu o seguinte apontamento:

4. A Autorização de Fornecimento de Material acostada à fl. 30 foi emitida no dia 24/04/2015 no valor total de R\$ 66.287,00 referentes aos 3 itens. À fl. 59 consta a informação que o aparelho neuroestimulador código 30335, que seria utilizado no paciente ERONILDO SOARES GOMES possui o prazo de validade até janeiro de 2016. Ocorre que a informação atestada pelo Chefe da Unidade de Neurocirurgia - HBDF (fl. 54) é de que a cirurgia estava agendada para 11/04/2016.

5. Estes fatos evidenciam possível prejuízo ao erário, uma vez que a Administração não adotou tempestivamente as providências necessárias a corretar utilização do aparelho (e seus acessórios) antes do prazo de validade, ainda que o paciente tenha eventualmente desistido da cirurgia em momento posterior ao vencimento do produto.

Por fim, indica-se a troca dos aparelhos e a utilização em cirurgia de outros pacientes:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

Após essa decisão, dos 3 neuroestimuladores já trocados, 2 já foram utilizados em duas outras demandas também judicializadas. O da paciente Paula Cristina para a cirurgia do paciente Willen Patterson, o da paciente Eronildes Soares para a paciente Camila dos Santos que passou meses internada na nossa Unidade, mesmo judicializada, e o terceiro restante deve ser utilizado na própria paciente Lenita Valéria em outubro de 2016. Já o quarto neuroestimulador, do paciente Ênio de Moura, ainda não foi trocado pela empresa Medtronic.

XXII – Processo 060.009.979/2015

Trata-se de processo de interesse de **CAMILA DOS SANTOS ALMEIDA** e **MARIA LÚCIA ESTEVÃO**, para aquisição de materiais para implante de neuromodulação no tratamento de dor. Não houve processo judicial para o requerimento.

Inicia-se com a prescrição para Camila conta à fls. 07, com a solicitação de 1 aparelho de neuromodulação medular e 1 controle, pelo médico da SES, Tiago da Silva Freitas.

Há solicitação de compra dos equipamentos para a Camila, indicando o valor de R\$ 80.900,00, de acordo com a Ata de RP nº 158/2014, fls. 15.

Contudo, passa-se a tratar no processo da paciente Maria Lúcia, juntando-se Relatório médico com a solicitação de equipamentos para Maria Lúcia, de 1 eletrodo, 2 cabos conectores e 1 aparelho de neuromodulação, a fls. 18. A paciente Camila não aparece mais nos autos do processo.

Em seguida, é juntada solicitação de compra dos equipamentos para a Maria Lúcia, indicando o valor de R\$ 90.600,00, de acordo com a Ata de RP nº 158/2014, fls. 39.

Foi autorizada a emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento por Marcello Nóbrega de Miranda Lopes, fls. 48, no valor de R\$ 90.600, com os equipamentos entregues, as fls. 45.

Não há informações sobre a realização do procedimento cirúrgico.

DEMAIS PROCESSOS

Foram solicitados os Processos nºs 060.015.087/2013, 060.002.274/2014 e 060.010.724/2014, por meio do Ofício nº 64/2014-MPC/PG, com prazo final de



Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Procuradoria Geral

atendimento até 15/02/2018. Até o momento da elaboração desta Informação os processos não haviam sido recebidos.

Eram essas as informações que tinha a relatar.

Diogo dos Santos Coelho

Assessor